

## **Redação de LUISA SOUSA LIMA LEITE**

A Revolução Técnico-científico-informacional, iniciada na segunda metade do século XX, inaugurou inúmeros avanços no setor de informática e telecomunicações. Embora esse movimento de modernização tecnológica tenha sido fundamental para democratizar o acesso a ferramentas digitais e a participação nas redes sociais, tal processo foi acompanhado pela invasão da privacidade de usuários, em virtude do controle de dados efetuado por empresas de tecnologia. Tendo em vista que o uso de informações privadas de internautas pode induzi-los a adotar comportamentos intolerantes ou a aderir a posições políticas, é imprescindível buscar alternativas que inibam essa manipulação comportamental no Brasil.

A princípio, é necessário avaliar como o uso de dados pessoais por servidores de tecnologia contribui para fomentar condutas intolerantes nas redes sociais. Em consonância com a filósofa Hannah Arendt, pode-se considerar a diversidade como inerente à condição humana, de modo que os indivíduos deveriam estar habituados à convivência com o diferente. Todavia, a filtragem de informações efetivada pelas redes digitais inibe o contato do usuário com conteúdos que divergem dos seus pontos de vista, uma vez que os algoritmos utilizados favorecem publicações compatíveis com o perfil do internauta. Observam-se, por consequência, restrições ao debate e à confrontação de opiniões, que, por sua vez, favorecem a segmentação da comunidade virtual. Esse cenário dificulta o exercício da convivência com a diferença, conforme defendido por Arendt, o que reforça condutas intransigentes como a discriminação.

Em seguida, é relevante examinar como o controle sobre o conteúdo que é veiculado em sites favorece a adesão dos internautas a certo viés ideológico. Tendo em vista que os servidores de redes sociais como “Facebook” e “Twitter” traçam o perfil de usuários com base nas páginas por eles visitadas, torna-se possível a identificação das tendências de posicionamento político do indivíduo. Em posse dessa informação, as empresas de tecnologia podem privilegiar a veiculação de notícias, inclusive daquelas de procedência não confirmada, com o fito de reforçar as posições políticas do usuário, ou, ainda, de modificá-las para que se adequem aos interesses da companhia. Constata-se, assim, a possibilidade de manipulação ideológica na rede.

Portanto, fica evidente a necessidade de combater o uso de informações pessoais por empresas de tecnologia. Para tanto, é dever do Poder Legislativo aplicar medidas de caráter punitivo às companhias que utilizarem dados privados para a filtragem de conteúdos em suas redes. Isso seria efetivado por meio da criação de uma legislação específica e da formação de uma comissão parlamentar, que avaliará as situações do uso indevido de informações pessoais. Essa proposta tem por finalidade evitar a manipulação comportamental de usuários e, caso aprovada, certamente contribuirá para otimizar a experiência dos brasileiros na internet.

## **COMENTÁRIO**

A participante demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, uma vez que a estrutura sintática é excelente e o texto não apresenta desvios de escrita.

Em relação aos princípios da estruturação do texto dissertativo-argumentativo, percebe-se que a participante apresenta uma tese, o desenvolvimento de justificativas que comprovam essa tese e uma conclusão que encerra a discussão, ou seja, a participante

apresenta excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo. Além disso, o tema é abordado de forma completa: ele é apresentado já no primeiro parágrafo, no qual se aponta que os avanços tecnológicos são acompanhados pela invasão da privacidade dos usuários da internet, que podem ser manipulados por meio do controle de seus dados por empresas de tecnologia. Observa-se que a participante usa, de forma produtiva, repertório sociocultural pertinente à discussão tanto no primeiro parágrafo, ao contextualizar a atual situação do controle de dados da internet a partir da revolução técnico-científico-cultural do século XX, quanto no segundo, ao trazer o pensamento da filósofa Hannah Arendt como argumento para reforçar a tese de que a filtragem de informações causa malefícios para a sociedade.

Podemos perceber, ao longo da redação, a presença de um projeto de texto estratégico, que se configura na organização clara e no desenvolvimento consistente da redação. A participante apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto para defender seu ponto de vista de que o controle de dados na internet, além de induzir comportamentos intolerantes por partes dos usuários, pode favorecer a adesão destes a apenas uma posição política.

Há também, nessa redação, um repertório diversificado de recursos coesivos, sem inadequações. Há articulação tanto entre os parágrafos (“Em seguida”, “Portanto”) quanto entre as ideias dentro de um mesmo parágrafo (como “esse movimento” e “tal processo”, no 1º parágrafo; “de modo que” e “uma vez que”, no 2º parágrafo; “ainda” e “assim”, no 3º parágrafo; e “Para tanto” e “essa proposta”, no 4º parágrafo).

Por fim, a participante elabora excelente proposta de intervenção, concreta, detalhada e que respeita os direitos humanos. A proposta apresentada retoma o que foi discutido ao longo do texto ao propor soluções relacionadas aos problemas discutidos nos parágrafos de desenvolvimento.